

A FARROUPILHA NOS DISCURSOS PARLAMENTARES

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
UNESP - Franca

O número 38 dos Estudos Leopoldenses trouxe-nos à luz a oportuna pesquisa sobre a Guerra dos Farrapos, na ótica dos discursos parlamentares, sob a coordenação da Profa. Helga Landgraf Piccolo que, com uma equipe de alunos da UNISINOS, logrou mais uma valiosa contribuição à historiografia brasileira.

Procurou a A., ao longo deste trabalho, demonstrar que o movimento dos Farrapos transcendeu, e de muito, seu significado regional, tendo alcançado mesmo uma repercussão nacional e com relevante expressão institucional-jurídico-ideológica, onde, no desdobramento da rebelião, “a esperança de pacificação do Rio Grande do Sul é a tônica dos discursos pronunciados sobre a Guerra dos Farrapos, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados” (p. 72). Todavia, “atrás dos pronunciamentos, estava o interesse político-partidário” (p. 93), interesse esse que a Profa. Helga procurou, a cada passo de seu estudo, resgatá-lo, principalmente, dando ao leitor oportunidade de perceber que, com a continuidade da guerra, também os liberais acabaram mudando o teor de seus discursos, muito embora as posições políticas se radicalizassem com a continuidade da revolta que, em última instância, era um desafio à política do governo central ficando “claro os ressentimentos pessoais que interferiram nas atitudes políticas” (p. 122), permitindo a continuidade das “divergências quanto à condução da guerra contra os farrapos” (p. 133).

Diz a A. que “fica claro que o empenho na pacificação influíra no uso das palavras e que atrás dos discursos estavam questões partidárias, procurando, os conservadores, trazer problemas aos liberais” (p. 146), até porque, aqueles quanto estes, na sua grande maioria, eram contrários à revolta dos Farrapos.

Com grande propriedade a Profa. Helga analisou que a distinção entre “o discurso dos dois partidos, é que o liberal defendia o “direito à resistência armada”, princípio que os conservadores condenavam” (p. 153). E, se para o governo central a Farroupilha fora desgaste político e material, “para os farroupilhas, a longa duração do movimento, iniciado em 20 de setembro de 1835, não representou o atendimento de nenhuma de suas reivindicações” (p. 155).

Sendo o movimento dos Farrapos um campo aberto para amplos debates científicos, cremos, que a presente contribuição a partir dos debates parlamentares é mais um estímulo aos historiadores brasileiros para, a partir deste estudo, prosseguir em outros a fim de que os vários segmentos da vida política brasileira possam ser devidamente dimensionados e percebidos ao longo da formação de nossa sociedade.